

Justiça vive greve mais longa

Categoria decidiu ontem, durante assembleia realizada em São Paulo, manter a paralisação

Sem acordo com o Tribunal de Justiça, servidores do Poder Judiciário de São Paulo marcam nova assembleia para o dia 28. Nessa data, a paralisação

terá completado 92 dias, um a mais do que a de 2004, considerada até agora a mais longa da história da categoria. A liderança dos trabalhadores

culpa os desembargadores pela continuidade do movimento. Isso porque a proposta apresentada ontem foi considerada pior do que a anterior. C-4

C-4 | **Sindical**

ATRIBUNA
www.tribuna.com.br

Quinta-feira 22
julho de 2010

sindical@tribuna.com.br

Paralisação avança para terceiro mês

Greve dos servidores da Justiça foi deflagrada no dia 29 de abril e pode se tornar a mais longa da história do Judiciário paulista

ERALDO JOSÉ DOS SANTOS
DA REDAÇÃO

A greve dos servidores do Poder Judiciário de São Paulo avança para ser tornar a mais longa paralisação da categoria, em toda a sua história. Ontem, em nova assembleia na Praça João Mendes, como vem ocorrendo todas às quartas-feiras, não houve acordo com o Tribunal de Justiça (TJ) e os funcionários decidiram continuar com a greve.

Com isso, até o dia 28 próximo, quando volta a se reunir em frente ao Fórum João Mendes, na Capital, os servidores terão completado 92 dias de paralisação. Um dia a mais do que a greve de 2004, a mais longa da história dos servidores do Judiciário paulista.

O secretário geral da Associação de Base dos Servidores e Funcionários do Judiciário (Assojubs), Hugo Coviello, da representação da Baixada e Região, disse que a continuidade da greve se deve ao "cínismo" dos desembargadores do TJ. Segundo ele, os desembargadores conseguiram piorar a proposta que haviam feito na semana anterior, ao acenarem apenas com o desconto dos dias parados, na proporção de cinco ao mês.

De cima do palanque armado na Praça João Mendes, Hugo Coviello disse que a categoria pleiteou reajuste de 4,77% e a compensação dos dias parados com mutirões para colocar em dia os trabalhos.

Mas os desembargadores Fábio Monteiro Gouvêa, Samuel Alves de Melo Júnior, William Roberto de Campos e Antonio Carlos Malheiros disseram que



Na assembleia de ontem, na Capital, Hugo Coviello, da Assojubs, responsabilizou os desembargadores do Tribunal pela continuidade da greve

não poderiam decidir. Eles levaram a reivindicação para a reunião plena do TJ, colegiado de desembargadores, mas a proposta foi recusada.

Dispostos a manter a paralisação até que as reivindicações sejam atendidas, os servidores

votaram pela continuidade da greve e marcaram nova assembleia estadual para o dia 28 próximo (quarta-feira).

CURRÍCULO
O dirigente da Assojubs disse que "o presidente do TJ, desembargador Antonio Carlos Viana Santos, vai carregar em seu currículo a mancha de ter sido o responsável pela maior greve dos servidores do Judiciário paulista". Após essa fala, os manifestantes gritavam: "Viana, a culpa é sua; a greve continua".

ESTARRECIDOS
O presidente da Subseção de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil, Rodrigo Lyra, disse que os advogados estão estarrecidos com o prolongamento da greve. A entidade vem procurando pressionar as

autoridades para a gravidade do problema. "O espírito da Ordem é sensibilizar os grevistas e o Tribunal de Justiça para que encontrem uma solução, pois o prejuízo não é só dos advogados, mas de toda a sociedade".

Responsável

"O presidente do TJ, desembargador Antonio Carlos Viana Santos, vai carregar em seu currículo a mancha de ter sido o responsável pela maior greve dos servidores do Judiciário paulista"

Hugo Coviello,
secretário geral da Assojubs

"O espírito da Ordem é sensibilizar os grevistas e o Tribunal de Justiça para que encontrem uma solução"

Rodrigo Lyra,
presidente da OAB/Santos

Servidor protesta com greve de fome

III Escrevente técnico judiciário há 20 anos, Valdemiro José Jungklaus, decidiu radicalizar e prometeu iniciar uma greve de fome, ontem à noite, em frente ao Fórum João Mendes, na Capital, para protestar contra o desrespeito à categoria.

Sem se importar com os riscos à saúde, Valdemiro disse que pediu apenas apoio dos sindicatos. "Em situação de risco estão minhas duas filhas, uma de 11 e outra de 13 anos, porque o que o Judiciário me paga e a categoria é indigno para manter uma família".

O grevista atua no Fórum de Jacupiranga, no Vale do Ribeira, e ontem mesmo, após a assembleia na Praça João Mendes, disse que iria ficar no local para iniciar sua manifestação.

Desde que ingressou no Judiciário ressalta que os melhores vencimentos foram pagos à época do ex-governador Luiz Antonio Fleury Filho.

Risco

"Em situação de risco estão minhas duas filhas, uma de 11 e outra de 13 anos, porque o que o Judiciário me paga e à categoria é indigno para manter uma família"

Valdemiro José Jungklaus,
escrevente judiciário

CPI DO JUDICIÁRIO

Presente à manifestação dos servidores, o deputado estadual Major Olímpio Gomes (PDT) responsabilizou a intransigência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ) pelo



impasse na greve. Mais grave, segundo o parlamentar, é que a Assembleia Legislativa não cumpre seu papel fiscalizador e por isso não acredita na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para in-

vestigar o Judiciário. "Sobretudo nos pagamentos de verbas indenizáveis que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já classificou como irregulares".

O parlamentar disse que essas verbas distribuídas aos magistrados somam algo em torno de R\$ 20 a R\$ 25 milhões/mês. Em contrapartida, a aplicação de apenas 4,77% aos salários dos servidores custaria apenas R\$ 14 milhões.

Olimpio Gomes entende que a Assembleia Legislativa poderia mediar as negociações e pressionar o Executivo a liberar verbas para a reposição dos funcionários, mas nem isso faz.

Para a instalação da CPI do Judiciário são necessários 32 assinaturas, mas até o momento só existem 19. Dos parlamentares da Baixada só assinaram o pedido os deputados Fausto Figueira e Maria Lúcia Prandi, ambos do Partido dos Trabalhadores.